CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, vol. 18, nº 2, p. 155-170, jul./dez., 2002

TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL NO FIM DO MILÊNIO*

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**
Dalva Maria da Mota***

I - Espaços e trabalhadores rurais no Brasil

Os estudos sobre o meio rural destacam três pontos que nos parecem ser relevantes para compreender e caracterizar o trabalho e a ruralidade no Brasil neste início de século.

1) A permanente desigualdade que marca o acesso à terra e aos outros meios de produção.
2) As mudanças nos espaços de trabalho e a diversidade de relações que ligam os distintos atores nas novas e velhas áreas de produção.
3) A preocupação em desvendar cultura e modos de vida que caracterizam o cotidiano de populações que habitam territórios inscritos no interior de pequenas cidades e municípios, que por razões políticas e administrativas ascenderam à posição de não rurais e, por contraste, foram nomeados de urbanos.

A discussão se instala porque há uma tendência a reconhecer que os denominados espaços rurais oferecem hoje uma variedade de atividades que, se por um lado, estão relacionadas com a natureza, como social e culturalmente construída (Cavalcanti, 2000) estão, por outro lado, pouco a pouco, fora do que seria um circuito agrícola tradicional. Há assim uma tendência a reconhecer que o rural deve ser compreendido como espaço não somente agrícola. Tal preocupação, no entanto, não se afasta de autores clássicos, por exemplo, quando insistiam nas formas

* Trabalho realizado com apoio do CNPq.

** Dra. em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Salete@npd.ufpe.br

*** Socióloga Rural, M. Sc., Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. mail: dalvamot@elogica.com.br

peculiares de organização dos espaços e sociedades camponesas que segundo suas análises, constituíam culturas e sociedades parciais. Na atualidade, essa caracterização de espaços camponeses como dependentes de uma cultura abrangente, geral, perde força explicativa, dada a (re)significação dos espaços locais no contexto de globalização (Long,1996), multicul-turalismo (Castells, 1998) e da sociedade de consumo (Featherstone, 1995). Quanto à especificidade dos espaços e ocupações, questiona-se a (des)agriculturação das atividades rurais, pelas mudanças nos tipos de ocupação, acentuadas pelo predomínio de uma pluriatividade, essencialmente, serviços relacionados ao turismo, ao lazer ou a outras indústrias (Graziano da Silva, 1998), e também à permanência ou mudança de culturas e modos de vida que atestariam o caráter "rural" dos pequenos territórios definidos como municipalidades (Wanderley, 2001).

No que diz respeito ao trabalho no meio rural, destaca-se na discussão desses temas, uma agenda que compreende a apreciação dos seguintes tópicos:

a) o crescimento das atividades de lazer e turismo rurais;
b) o debate sobre a pluriatividade, que inclui a distinção de atividades agrícolas e não-agrícolas e a sua contribuição para a renda familiar;
c) a discussão sobre o trabalho nas áreas dinâmicas de produção agrícola;
d) a contribuição do Programa Nacional de Agricultura Familiar, que se implementa a partir de 1995 e se distingue por apoiar diretamente aos agricultores familiares;
e) o crescimento do MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e principalmente, a contribuição do movimento para resolver os problemas de exclusão;
f) a retomada dos estudos sobre assentamentos, principalmente sobre as formas de acampamento e estratégias de assentamento, que marcam hoje o campo brasileiro.

Estamos aqui mais preocupadas em demonstrar que a polêmica em torno do papel da agricultura e do denominado "espaço rural" tem suas razões de existir, principalmente porque as rápidas transformações da atividade "rural" e do trabalho foram acentuadas na última década do século passado. As evidências demonstram que a base técnica da agropecuária brasileira foi transformada, houve uma reestruturação das atividades agrícolas, contribuindo para a modificação do lugar do trabalho e dos trabalhadores na organização e gestão dos estabelecimentos rurais. Um exemplo disso é que, na lista das exportações, produtos tradicionais, como o açúcar e o café, perderam a liderança que ocupavam no *ranking* das exportações mundiais, enquanto produtos mais dinâmicos foram incorporados à mesma, ocupando janelas importantes do mercado de produtos frescos. A modernização dos complexos agroindustriais é um fato; o País situa-se como um dos maiores produtores e processadores de soja, por exemplo.

Entretanto, deve-se registrar que apesar desse desempenho, a "questão agrária" se arrasta com muitos dos mesmos problemas já identificados nas últimas décadas, como a luta pela terra. Significativo é o fato de que os grandes movimentos do fim do século foram, é possível afirmar, agrários em suas bases, muito embora congreguem atores de diferentes origens e trajetórias (Porto et al., 1994).

Do movimento dos proprietários rurais (UDR), em meados de 1980, ao Movimento dos Sem Terra (MST), que atravessou o novo milênio, divisa-se uma tênue mas importante intervenção do governo brasileiro

para legitimar um espaço para a agricultura familiar, via o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* - PRONAF. Com este programa, abriram-se possibilidades para regulamentação de terras, aportes para assentamentos rurais e, por fim, permitiu-se inscrever no planejamento governamental uma categoria de produtores esquecida e alijada previamente do acesso ao crédito e à assistência técnica, embora permaneçam as desigualdades regionais: 97 % dos recursos do Pronaf no ano 1998 foram liberados para o Sul e Sudeste (Assis & Silva, 1999: 3). Assim, os seus efeitos só atingem um mínimo da totalidade dos atores que requerer suporte governamental e há uma nítida concentração regional, havendo quem se pergunte sobre que segmentos de agricultores foram beneficiados pelos seus recursos.

Outras ações pontuais têm contribuído para transformar as ocupações no meio rural. Instituições religiosas, como a *Pastoral da Terra* da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil–CNBB e Organizações Não-Governamentais–ONGs atuam com recursos da caridade internacional, para estimular e apoiar a organização dos agricultores familiares, objetivando formas mais saudáveis de produção, com preocupações ambientais. Apesar dos aspectos possivelmente contraditórios de processos em curso, deve-se registrar que a modernização da agricultura é um fato, como também o é a integração dos produtos de base agrícola aos mercados nacionais e internacionais, com mercadorias que são parte das cadeias globais de alimentos, embora que, num contexto de desregulamentação ou re-regulação, não se possa esperar muito dos seus resultados.

Mas, como estes processos têm influenciado nas ocupações agrícolas? Os dados do IBGE (1998) revelam que de 1985 a 1995/1996, a população ocupada em atividades agrícolas no Brasil foi reduzida em 5.756 milhões de pessoas, passando de 23,3 para 17,9 milhões, o equivalente a uma redução de 23%. Entretanto, desse total, 75% são de responsáveis pelo próprio trabalho ou membros de suas famílias e os demais, cerca de 4,5 milhões, são trabalhadores inscritos em relações assalariadas.

O aspecto mais crítico a ser observado é que num País de proporções territoriais como o Brasil, onde a agricultura ocupa lugar de destaque, a mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias vem sendo drasticamente reduzida, tendência que se consolida com a modernização. O tipo de desenvolvimento que vem sendo implantado privilegia a redução do trabalho, o que afasta populações das áreas pretensamente rurais, sendo isto realizado de dois modos: 1) processos migratórios em direção às cidades, apesar das críticas condições de vida das cidades brasileiras; 2) utilização de mão-de-obra residente nas periferias das cidades via esquemas de arregimentação instituídos por terceiros ou pelas próprias empresas agropecuárias. Segundo os tipos de ocupação introduzidos nas novas regiões de agricultura irrigada, os trabalhadores vivem, predominantemente, nas periferias dos centros urbanos, sem maiores vínculos com pessoas e ambientes no qual trabalham. Na fruticultura de exportação (Cavalcanti et al.1998 e 1999, Gomes da Silva, 1999) há uma dissociação entre a casa e o local do trabalho. Trabalhadores e patrões vivem, por preferência ou por necessidade, nas cidades, embora haja casos recentes que parecem privilegiar a reconstrução de sociabilidades "camponesas" nos novos espaços de agricultura irrigada, inclusive com a recriação da morada (Mota, 1999).

Todas essas transformações repercutem nas trajetórias dos atores, influenciando para que os lugares de trabalho e morada sejam cada vez mais separados. Apesar disso, concordamos

com Wanderley (2000, p.6) de que viver numa cidade *"nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar aos seus moradores, urbanos ou rurais"*

Os censos agropecuários de 1995/ 1996 (IBGE, 1998) acentuam o decréscimo do emprego na agricultura empresarial, apesar do aumento da renda gerada pelo setor. É preocupante reconhecer que os novos espaços agrícolas estão se formando com pouca ou nenhuma base local; as áreas agrícolas são áreas de trabalho mais do que área para viver: proprietários e trabalhadores parecem encontrar suas bases cotidianas nas cidades distantes ou mais próximas do seu local de trabalho; a agricultura não oferece hoje um espaço para "a morada da vida" (Herédia,1979). Esses centros urbanos que atraem trabalhadores colocam em xeque o sentido de ruralidade, pelo caráter da agricultura hoje, que não é apenas uma atividade primária. Esses dados estimulam disputas entre distintas correntes teóricas e metodológicas que debatem sobre o conteúdo das ocupações nas áreas rurais e o caráter da agricultura familiar (Neves, 2000). Para os nossos propósitos, nos deteremos em dois aspectos da discussão:

O primeiro, refere-se à formação da sociedade brasileira e à constituição da nação. Apoiada em uma elite que visava legitimar os avanços sobre o território, a instituição da lei de terras de 1850 deu suporte aos matizes escravocrata e patrimonialista das ações dos grandes proprietários de terra, legitimando os avanços da privatização das terras do País. Essa lei garantiu a exploração da terra em bases de extrema desigualdade, sendo esta acentuada pelo uso do trabalho escravo que garantiu a expansão da monocultura (da cana-de-açúcar ao café); com o fim da escravatura ficaram os trabalhadores à mercê de um sistema iníquo de remuneração e alijados de direitos que, mesmo considerando-se a implementação do estatuto do trabalhador rural, estatuto da terra e a instituição do fundo de aposentadoria dos trabalhadores rurais, ainda não foram plenamente alcançados.

As grande áreas do território continuam a ser exploradas, ainda, pela pecuária, que se expandiu do Sul ao Norte, garantindo a expansão das propriedades de alguns e oportunidades de emprego para poucos. Em qualquer direção que se desloque o eixo da discussão, é patente a desigualdade social presente nas relações daqueles que participam das atividades agrícolas relacionadas hoje.

O segundo, revela ainda a base desigual em que se apóia a sociedade e a agricultura do País. Como demonstra a literatura, as tentativas de modernização implantadas a partir dos anos 1960 e consolidadas ao final do século distinguem-se pelo fraco acesso que a elas tiveram às populações locais ou os que viviam no campo e do campo, aos recursos estimulados pelos pacotes da "revolução verde". O caráter da modernização agrícola é considerado por vários autores como excludente e desigual, adjetivada de "modernização dolorosa" por outros (Graziano da Silva, 1982) Também, as transformações na produção e gestão dos estabelecimentos agropecuários relegaram os direitos primordiais dos trabalhadores da terra a um plano inferior, em proveito dos índices de produtividade e industrialização da agricultura. Através desses mecanismos, foram assegurados os processos de consolidação dos Complexos Agro-industriais - CAIS e reduzidos os espaços para o trabalho, os modos de vida e tipos de trabalho das populações rurais, mais numerosas até então. Significativo é registrar que diferentemente dos 2/3 da população total que representava nos anos 1960, a

população rural é hoje menor do que um quarto da população do País: 31,8 milhões dos 169,5 milhões de pessoas habitam as chamadas áreas rurais. Essas considerações sobre os tipos de inserção de trabalhadores nos processos de desenvolvimento agrícola, levantam ainda uma polêmica em torno dos usos da terra e usos indiscriminados do meio ambiente, bem como suas implicações para o desenvolvimento futuro das comunidades.

II. Modernização agrícola, inovações tecnológicas e trabalho.

No repertório das análises sobre a agricultura brasileira, Martine (1987) argumenta que a modernização agrícola intensificada a partir de 1960, transformou a base tecnológica da agricultura e os níveis de exploração do trabalhador, modificando o espaço e as condições de vida da população que habitava o campo. Foram transformadas as bases da produção e as relações de trabalho no campo. Uma das principais conseqüências dessa transformação foi o êxodo rural inter e intra-regional. De um total de 41 milhões de pessoas, segundo contagem do censo demográfico de 1970, a população rural passou a 38,6 milhões em 1980. Em 1990, 36 milhões habitavam o campo; em 2000, 31,8 milhões, um desempenho pífio, considerando-se que a população total passou de 94,5 (1970) para 169,5 milhões de pessoas em 2000. Mais significativo ainda é o fato de que houve uma redução na população economicamente ativa. Estima-se que nesse período, 16 milhões de pessoas deixaram o campo, dirigindo-se às grandes cidades. Por outro lado, é importante registrar que, mesmo tendo em conta um cenário de diminuição das ocupações agrícolas, a categoria ocupacional que mais cresceu na agropecuária foi a de empregados, permanentes ou temporários. Há que se considerar que a implementação do estatuto do trabalhador rural, em 1967, significou um marco na categorização das pessoas que trabalhavam nas chamadas áreas rurais do País. Sendo assim, trabalhador rural passa a se distinguir enquanto uma categoria específica, sobre outras categorias que marcavam a estrutura das relações sociais no campo (por exemplo: moradores e parceiros em geral).

Analisando a modernização, Martine (1987, p.48) afirma que "uma das conseqüências mais significativas da introdução de formas capitalistas no campo tem sido a multiplicação do trabalho temporário e a dependência maior de formas esporádicas de trabalho. Os problemas desse tipo de modernização não findam nas condições desiguais e precárias de acesso à terra e ao trabalho. Questionam-se também, aos impactos ambientais como a erosão e degradação de solos, sobretudo em áreas de monocultura extensiva. Mais significativos foram os questionamentos sobre a adequação dos níveis de tóxicos que eram incorporados pela tecnologia moderna aos alimentos consumidos pela população (Martine, 1987, p.26). A perda da heterogeneidade das espécies naturais e as ameaças que isso representava para as sementes híbridas e melhoradas (Martine, 1987, p.264) é também motivo de crítica, o que nos chama a atenção para a qualidade e atualidade das contribuições deste autor. Martine (1987) também chama a atenção para os reflexos do tipo de produção dos alimentos na saúde pública e no meio ambiente; destacando os riscos de uma produção com usos intensivos de agrotóxico para a população e os trabalhadores rurais, especificamente, destaca: a contaminação dos alimentos; aparecimento de pragas resistentes, resíduos na população e poluição ambiental.

A crítica ao modelo de modernização fazia a pauta das agendas acadêmicas e técnicas nos anos 1980, destacavam-se

os perigos da "revolução verde", enquanto o País experimentava uma expansão das áreas produtivas e renovação de cultivos e produtos de exportação. Seguindo esses moldes, sem maiores questionamentos, o modelo de intensificação do uso dos recursos naturais, inovação tecnológica e redução de mão-de-obra, assim, se naturalizava. Entretanto, pouco se conhece sobre os seus impactos sobre a saúde da população, dos trabalhadores e do meio ambiente, há poucos estudos sobre isto. Estes temas figuram como tímidos objetos das pautas acadêmicas.

Naturalmente, os estudos sobre a internacionalização da agricultura e mais recentemente aqueles voltados para análise da globalização dos sistemas agroalimentares vêm ressaltando a perda gradual do controle que as populações locais têm sobre o quê e o como são produzidos os alimentos que fazem parte de sua dieta básica (Cavalcanti, 1997, 1999; Carmo, 1994) e mais ainda, pela expansão do processo de globalização que vem modificando os tipos e a qualidade dos alimentos a que têm acesso os consumidores desigualmente situados no planeta.

Os questionamentos das práticas agrícolas e dos requerimentos de qualidade dos alimentos são feitos mais recentemente, com os avanços do processo de globalização, quando o País busca se inserir nos nichos de mercados globais, o que, pelos fracos controles sobre a importação e mais exigências de qualidade dos produtos para exportação, torna os produtores locais familiares, inclusive, mais vulneráveis às regras do mercado. Competitividade, vantagens comparativas, riscos ambientais e sustentabilidade, passam a orientar os novos espaços de produção, no sentido de responder à demanda externa. Novamente, a agricultura e o gerenciamento dos espaços tendem a ser externalizados (Cavalcanti e Marsden, 2000). Agora, também, contribuindo, em nome do mercado, para melhorar as condições ambientais e qualidade de vida dos trabalhadores (Cavalcanti, 2000).

III- Quem são os Trabalhadores Rurais

Como observado em outras sociedades, os processos de industrialização atraíram grandes contingentes populacionais para as cidades, ao tempo em que a tecnificação das atividades liberavam mão-de-obra da agricultura. No Brasil, a estes condicionantes, soma-se a manutenção de uma estrutura agrária colonial, marcada por desigualdades de acesso legal à terra. Nas palavras de um analista "*Acabou-se a ilusão de que a Revolução Verde acabaria simultaneamente com a fome nas cidades e a miséria nos campos*", Graziano da Silva (1999, p. 29).

Uma das principais evidências sobre o trabalho no meio rural brasileiro é de que não há números ou amostras que possam garantir um retrato completo do que ocorre com os usos e empregos da mão-de-obra. Dada a insuficiência de informação, seja porque as últimas contagens oficiais, mais abrangentes foram os censos agropecuários de 1985 e os de 1995/1996, ou porque as amostras dos PNADS, deixam de incluir a região Norte, o grau de precisão de quaisquer instrumentos de medição da quantidade e características dos trabalhadores, é questionável. Entretanto, os dados disponíveis registram mudanças significativas no número de trabalhadores empregados na agricultura, ocorridas na última década do século XX. Sendo assim, utilizamos aqui fontes e dados de pesquisa que nos permitem oferecer uma imagem mais próxima do real do que ocorre com as ocupações agrícolas e associadas[1], conscientes que a construção de um modelo mais fiel à realidade depende de indicadores previamente definidos, devendo, portanto ser relativizado.

Enquanto os dados finais do último censo demográfico do ano 2000 não estão disponíveis, os dados aqui apresentados constam de sua versão preliminar (IBGE, 2000). Utilizamos aqui também as informações do censo de 1991, pelo qual podemos entender dimensões do que ocorre com a população economicamente ativa do País, inclusive rural.

Como atestam as informações do IBGE (2000) até os anos 1970 a população rural cresce suavemente para no contexto da "modernização conservadora", decrescer via migrações e assim, continuar nos anos 1990, agora também como efeito das mudanças dos índices de crescimento demográfico (Gráfico I).



Segundo a mesma fonte, a população brasileira é de 169.544.443 pessoas, das quais 49,2% são homens e 50,8% são mulheres. Desta população, 18,78% reside em áreas rurais e 81,22% em urbanas, conforme a distribuição regional apresentada no Quadro I.

Quadro I - População brasileira por região - 2000

Região	População			Pop. Rural/ total (%)
	Total	Urbana	Rural	
Norte	12.919.949	9.005.797	3.914.152	30,29
Nordeste	47.679.381	32.919.667	14.759.714	30,95
Sudeste	72.262.411	65.410.765	6.851.646	9,48
Sul	25.071.211	20.290.287	4.780.924	19,06
Centro-Oeste	11.611.491	10.070.923	1.540.568	13,26
TOTAL	169.544.443	137.697.439	31.847.004	18,78

Fonte: IBGE (2000).

Segundo o censo demográfico (IBGE, 1991), das *55.293.329* pessoas ocupadas no País (homens: 37.731638; mulheres:17.561,678), 12.555.768 (22%) estão participando em atividades agropecuárias, extração vegetal e pesca. Deste total, *10.393.528 (86,7%)* são homens e *1.649757 (13,3%) mulheres.* Isoladamente, as atividades agropecuárias e correlatas, constituem o setor que mais emprega no País, seguidas da indústria de transformação e construção civil, que emprega 9.164.667 homens. Numa apreciação geral desses dados, podemos afirmar que em torno de 32% da população ocupada masculina do País está empregada na agricultura e correlatos, enquanto as mulheres se distinguem como mão-de-obra no setor de prestação de serviços.

Do total de mulheres ocupadas no País, cerca de 30% encontram trabalho no setor de serviços, enquanto menos de 13,3% da população ocupada feminina está empregada na agricultura.

Na agricultura, elas são predominantemente membros de unidades familiares de produção (641.807), ou seja, 38%; seguindo-se a categoria de empregadas, com 568.587, (34%) empregadas legais, registradas e 343.634 de trabalhadoras volantes (20%). É insignificante a proporção das que são empregadoras.

Entre os homens, 10% participam das unidades familiares de produção (1.148856) seguindo-se a categoria de empregados, com 4.634282 (42,5%) empregados legais, registradas e 2.236361 de trabalhadoras volantes (20%). Nesta categoria também é insignificante a proporção dos que são empregadores (0,03). É importante destacar que o controle sobre os que trabalham na agricultura está localizado fora das áreas mesmas de produção, até por grandes grupos econômicos e não exclusivamente agrícolas.

Há um certo grau de precariedade que predomina, com homens e mulheres trabalhando sem vínculos empregatícios formais, embora as mulheres sejam proporcionalmente mais afetadas do que os homens; enquanto 34,84% dos homens não têm carteira assinada, entre as mulheres 40,8% estão ilegalmente participando do mercado de trabalho no setor agropecuário. 22% dos que se ocupam na agropecuária trabalham mais do que 49 horas por semana. A população está eqüitativamente distribuída entre as diferentes faixas de idade. No que se refere à idade e grau de instrução, os dados revelam que as mulheres têm mais anos de estudo do que os homens, embora essa situação seja diferente entre as trabalhadoras rurais.

Os dados apontam para uma inserção mais sistemática da força-de-trabalho masculina, apesar da tendência de femininização que vem sendo constatada em outros setores, orientados para nichos de mercado, inclusive nos não tradicionais (Cavalcanti, 1999b). A situação observada nacionalmente para a população economicamente ativa no que se refere à predominância dos homens no mercado de trabalho, não difere daquela existente no setor em análise.

Segundo dados do Censo Demográfico do Brasil-1991, podemos afirmar que para o conjunto dos três tipos de trabalhadores rurais (volante, parceiro ou meeiro e outros) a masculinização da força-de-trabalho é predominante. A presença das mulheres é mais significativa na condição de trabalhadora agrícola volante, mesmo assim compõem apenas 13,32% do total, contra 86,68% dos homens. Ao observar os dados para a categoria parceiro e meeiro e "outro" vemos que a presença da mulher é ainda menor (respectivamente, 7,91% e 8,74%). A preferência pelos trabalhadores homens é explicada também pela busca de vantagens comparativas via economia em encargos sociais, como por exemplo, licença maternidade, mas também pela reprodução de um padrão de divisão do trabalho em que a mulher é responsável pela esfera doméstica. Sem contar que o controle dos processos de produção e da organização do trabalho encontram-se quase sempre sob a responsabilidade masculina. Empregar homens, segundo a nossa leitura, é também uma estratégia de administração das pressões sobre as vagas em um mercado que encolhe constantemente, pela substituição do trabalho humano pela tecnologia. Assim, se garante que mais freqüentemente pelo menos o homem se mantenha ocupado.

Estes grupos de trabalhadores estão constituídos por trabalhadores cujas idades variam conforme demonstra o Quadro II.

Quadro II - Distribuição por idade dos trabalhadores assalariados rurais

Relação de Trabalho	Idade em anos (%)					
	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 59	Mais de 60
Volante	6,06	18,08	27,20	18,01	23,83	6,82
Parceiro ou Meeiro	3,70	13,89	28,87	21,26	25,35	6,93
Outros	3,58	14,52	30,53	22,86	23,45	5,06

Fonte: IBGE- Censo Demográfico do Brasil-1991.

O primeiro dado que chama a atenção é a presença de crianças entre os três tipos de trabalhadores, sendo que na categoria volante esta presença é mais significativa, provavelmente pela temporalidade da atividade, como no caso das colheitas e plantios em que contratos são firmados com "famílias de trabalhadores constrangidas quanto ao acesso a condições dignas de vida" (Neves, 1999, p. 15). A agricultura é um setor que tradicionalmente utiliza o trabalho infantil no Brasil, tanto nas propriedades de agricultores familiares, onde se dá a socialização das crianças também via trabalho, como também naquelas em que

trabalhadores são contratados. Para os mais abonados, a retirada da família da propriedade para dedicação aos estudos é uma prática corrente, mas para os menos favorecidos a mão-de-obra infantil faz parte do corpo de ativos da propriedade, se dividindo entre trabalho e escola ou mesmo abandonando a escola em momentos de mais trabalho na propriedade. Para os trabalhadores que não detêm a propriedade da terra e que dependem dos salários, as crianças passam a constituir mão-de-obra elementar em contratos de trabalho por produção. As crianças são muito aproveitadas para determinados tipos de colheitas, como por exemplo, a laranja, pois o peso dos corpos não compromete as árvores durante o desfrute. As conseqüências desta prática específica têm ocasionado repressões por parte dos governos e dos movimentos da sociedade civil. Existe na atualidade um programa para retirar as crianças do trabalho e incluí-las nas escolas, que ainda não foi suficientemente avaliado.

Aliás, o trabalho infantil na agricultura é uma discussão que nos últimos anos tem ganhado visibilidade, muito mais com o intuito de denúncia do que de entendimento da coexistência do trabalho infantil, socialmente condenado, com o trabalho infantil enquanto estratégia fundamental de "transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção de herdeiros e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês" (Neves, 1999, p. 11). Concordamos com Neves (1999) que ambas as formas de trabalho infantil não eliminam, necessariamente, as condições penosas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

A categoria que incorpora mais significativamente pessoas com idade superior a quarenta anos é a de parceiro ou meeiro, provavelmente por ser um tipo de relação em que o trabalho é compartilhado com outros membros da família.

Quanto ao nível de escolaridade (Quadro III) observamos que é significativo o percentual de analfabetos nas atividade do setor agropecuário, conforme os dados:

Quadro III
Pessoas ocupadas por sexo e
grau de instrução no setor da agropecuária e
produção extrativa vegetal e animal

Sexo	Sem instrução (%)	Anos de instrução (%)			Não determ. (%)
		1 a 3	4 a 10	11 ou mais	
Homens	42,49	27,59	28,19	1,69	0,04
Mulheres	38,24	27,06	33,13	1,52	0,05

Fonte: IBGE- Censo Demográfico do Brasil-1991.

Apenas em um estrato as mulheres têm nível de instrução superior aos dos homens que é no de quatro a dez anos de escolaridade que no sistema brasileiro corresponde ao primeiro grau.

Quando comparamos esse nível de instrução com outros setores da economia, como por exemplo, a indústria, vemos que 11% dos trabalhadores estão entre os sem instrução e que 60% dos mesmos têm de quatro a dez anos de instrução. Os números da agricultura revelam as precárias condições da população rural que terminam por influenciar na qualidade das ocupações em um contexto de acirrada competição. Por outro lado, mostra a desproporcionalidade entre o desempenho econômico do setor e as condições de vida da população empregada, refletindo no imaginário que associa trabalho agrícola a condições inquestionáveis de precariedade, dureza e desprestígio.

A agropecuária é reconhecida como atividade que mantém grande informalidade nas relações de trabalho, por diferentes razões que superam o estritamente econômico. Se contratar trabalhadores informalmente significa ampliação de vantagens comparativas pelo não pagamento de encargos, muitas vezes também significa acordos que são firmados entre pares que se conhecem, que

partilham os mesmos espaços de lazer e vida. Estas relações vão depender dos tipos de empreendimentos e das relações dos atores com os meios de produção. No entanto, é inquestionável que a flexibilização das relações de trabalho vem se intensificando em todos os setores da economia, inclusive com a institucionalização de cooperativas de trabalho que, a despeito de terem sido uma reivindicação dos movimentos sociais, têm garantido ocupações, mas não direitos.

Quando comparados por setor, a agricultura é o segundo que mais emprega. No entanto, quando observadas as relações de formalidade dos vínculos empregatícios é o setor que apresenta proporcionalmente o menor número de carteiras assinadas (25,75), enquanto na indústria 85, 31% dos trabalhadores são registrados formalmente. A situação se acentua no caso do trabalho feminino (Quadro IV).

Quadro IV

Tipo de vínculo de trabalho por sexo no setor agrícola

Sexo	Tipo de vínculo de trabalho - carteira assinada (%)		
	Possuíam	Não possuíam	Não souberam informar
Homens	25,94	73,05	1,01
Mulheres	24,52	74,75	0,83

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 1991.

Do exposto é possível afirmar que na atividade agropecuária predominam trabalhadores homens e que as mulheres são uma pequena parcela dos trabalhadores registrados. Apenas em áreas e atividades específicas é significativa a presença de mulheres, a exemplo das novas regiões de fruticultura de exportação do Nordeste, como estudado por Cavalcanti et al. (1998) e Cavalcanti (1999b). A menor ocupação das mulheres na agricultura nos permite indagar sobre a migração das mesmas para áreas urbanas, onde se inserem no setor de serviços, diminuindo a pressão sobre postos de trabalho na agricultura.

Por falta de informações deixamos de incluir aqui a distribuição da população ocupada pelos distintos setores e regiões da produção agrícola. Significativo seria podermos comparar os dados sobre áreas ou regiões agrícolas mais dinâmicas. Contudo, o caráter desigual da modernização do País é também, e ainda, regionalmente assinalado. O modelo permitiu a concentração de agricultura e indústrias modernas nas regiões sul e sudeste do País, enquanto na região Nordeste o quadro do emprego permanece predominantemente agrícola.

Para efeitos comparativos vejamos: Nos anos 1980, enquanto as regiões sul e sudeste participavam com cerca de 24%, cada, da população ocupada na agricultura, o Nordeste alcançava o percentual de 45% dos ocupados. Já nos anos, 90, o sudeste continua a participar com 24% da população ocupada, no sul, o percentual de empregos agrícolas é de 20%, enquanto o Nordeste participa com 50% do total de pessoas ocupadas na agricultura. Isto revela que essa região continua a ser predominantemente agrícola na oferta de empregos. É notável assinalar que apesar da estagnação dos produtos tradicionais da região como a cana-de-açúcar e a cultura do algodão, a região encontrou outras saídas na expansão de áreas destinadas a produtos mais direcionados a nichos de mercados (Gomes da Silva e Veras (2001), marcadamente quanto à expansão da fruticultura em áreas irrigadas (Cavalcanti, 1999; Gomes da Silva, 1999; Mota, 1998) e do crescimento da soja nos cerrados do Nordeste, do Norte do País e do Centro-oeste (Moraes, 1999). Nessas áreas da soja, por exemplo, descartado o seu potencial para expansão da fronteira, o aumento do emprego é pouco significativo, pelo grau de mecanização da atividade, enquanto os sistemas de produção tradicionalmente

desenvolvidos pelas populações locais são ameaçados pela incorporação das áreas de chapada – com utilização intensiva de agrotóxicos. Segundo Homma (1999) os riscos ecológicos são grandes pela incorporação dos atuais cerrados e campos naturais que estavam intactos, pela erosão, baixa capacidade de recuperação das áreas, aplicação de herbicidas e inseticidas com auxílio de tratores e aviões e, conseqüentemente, pelo aparecimento de pragas e moléstias.

Considerações Finais

As análises feitas neste artigo permitem salientar duas idéias:

A primeira, se refere à multiplicidade de tendências das ocupações na agricultura brasileira. Há evidências de que o número de ocupações e postos de trabalho diminui a cada ano e de que as ocupações permanentes e temporárias coexistem em diferentes contextos e com maior intensidade na agricultura do que em outros setores. No entanto, a predominância de ocupações permanentes é somente constatada em universos empíricos específicos. A dimensão destes números para o contexto brasileiro ainda é um dado em aberto.

Não restam dúvidas de que, tradicionalmente, a precarização das relações de trabalho é a situação mais freqüente no mercado de trabalho rural brasileiro, tanto pela ausência de uma organização sindical que vá além da defesa de categorias específicas (por exemplo, a dos trabalhadores da cana-de-açúcar), como da pressão por vagas que favorece os empregadores no sentido de imporem as condições que lhes são mais lucrativas, caracterizadas pela precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, que têm influenciado na expressão sindical. Tudo isto, configura uma tendência à flexibilização dos processos de trabalho e à precariedade das relações de trabalho, favorecendo à individualização extrema da relação salarial e dificultando a organização dos trabalhadores no contexto nacional, como analisam Bendini (1997), na Argentina; e Lara (1998), no México.

Há que se considerar que a demanda por trabalho na agricultura é uma questão mais complexa do que parece ser. Embora, como argumenta Lara (1998), a flexibilidade no uso da força-de-trabalho na agricultura seja, freqüentemente, explicada pela instabilidade dos processos agropecuários, que se sustentam em elementos naturais e em etapas heterogêneas de produção, que tornam mais difíceis planejar com exatidão os requerimentos de mão-de-obra; no entanto, as estratégias dos diferentes atores na agricultura tomam em conta outros elementos, como os encargos sociais, a tecnologia, a estrutura fundiária, os investimentos, etc. que não só questionam a exclusividade do determinismo atribuído aos elementos naturais como demonstram que o uso do trabalho tem significados também simbólicos.

Esta discussão chama a atenção para a heterogeneidade de modelos produtivos na agricultura e para a questão da "industrialização" da mesma, ou seja, dos controles de elementos naturais para a produção de seres vivos. Mesmo que a atividade agrícola esteja sujeita a uma certa imprevisibilidade (como por exemplo: as pragas, os ventos, as chuvas ou as doenças, etc.) as respostas dos produtores para contornar os problemas, são condicionadas pelas suas capacidades econômicas, culturais e tecnológicas[2], que influenciarão na maior ou menor vulnerabilidade e, conseqüentemente, numa diferente utilização do trabalho para contornar os problemas.

A segunda idéia é quanto ao perfil dos trabalhadores da agricultura no atual

contexto. De maneira geral, os dados demonstram que é na agricultura que se concentram os trabalhadores que têm mais baixo nível de educação formal, pior acesso a serviços, maior número de horas de trabalho e maior informalidade nas relações de trabalho, quando comparados a outros setores. No entanto, são estes mesmos trabalhadores que têm mais anos de capacitação na atividade que fazem, seja pela via da socialização em unidades familiares ou pela exploração do trabalho pago desde muito cedo. Estas características terminam por influenciar na composição de um quadro de força-de-trabalho em que predomina a experiência, imprescindível à observação da natureza, mas sob controle de técnicos, responsáveis pelos processos que demandam conhecimentos e tecnologias específicos. Apesar das particularidades da agricultura e da valorização da experiência, as ocupações permanentes têm priorizado trabalhadores que dominam diferentes conteúdos das etapas de trabalho.

Neste quadro de reestruturação produtiva distinguem-se temas que podem integrar possíveis pautas de pesquisa, quais sejam:

- Na configuração do trabalho rural um dos temas que têm ganhado centralidade é a diminuição do emprego agrícola no meio rural com a intensificação da pluriatividade. Como essas reestruturações têm incidido sobre a agricultura familiar?

- Para atender de forma rápida e legal às demandas temporárias de trabalho nos assentamentos rurais os movimentos sociais reivindicaram e conseguiram formalizar cooperativas de trabalho. Estas cooperativas hoje "são promovidas e dirigidas pelos próprios agricultores/ empresários locais ou por seus intermediários ("gatos"), contando com a conivência do poder público local. Os trabalhadores geralmente não entendem nem mesmo o significado da cooperativa, não conhecem os mecanismos de representação, de eleição de seus dirigentes, e, raramente, têm efetiva participação na (ou mesmo conhecimento da) direção" (Santos et al. 1999, p.283). Como analisar a relação entre as diferentes apropriações que se estabelecem entre grupos sociais que têm diferentes trajetórias e interesses? Quais as conseqüências dessas iniciativas para os trabalhadores que se assalariam? Como compatibilizar e gerir essas iniciativas num contexto de permanente desigualdade (Bonanno et. al. 1999)?

- Diferentes iniciativas econômicas, políticas e ecológicas têm questionado determinadas práticas no manejo da cana-de-açúcar, como por exemplo, a queima e o corte manual que envolve milhões de trabalhadores rurais. Qual a agenda comum entre estas iniciativas e os trabalhadores diretamente envolvidos?

- O combate ao trabalho infantil consta nos programas governamentais como um dos principais temas. Qual a abrangência das iniciativas oficiais de combate? Quais os seus impactos nas estratégias de reprodução dos assalariados e dos agricultores familiares?

- A ocupação dos cerrados nordestinos e de regiões amazônicas com a cultura da soja tem sido subsidiada por políticas públicas, mas tem desestruturado sistemas tradicionais de produção e causado danos ao ambiente, principalmente quanto à erosão dos solos (Homma, 1999). Qual a sustentabilidade destes novos sistemas que se estruturam? Quais os impactos no mercado de trabalho e na saúde dos trabalhadores?

Essa questões podem iluminar o debate sobre os problemas dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares no Brasil, embora reconheçamos que mais do que uma caracterização polarizada entre trabalho agrícola e rural, questionamentos sobre situações pontuais e particulares do emprego na agricultura devem ser feitas, para tornar analiticamente claras as transformações recentes do trabalho no país, e não apenas aqueles das atividades agrícolas ou das chamadas áreas rurais.

Notas

[1] Os últimos censos realizados num espaço de dez anos do anterior e sem perspectivas de ser replicado, dado o impasse técnico, nos alerta que estamos defasados em torno de seis anos que poderiam ser decisivos para avaliar as mudanças no setor e suas conseqüências sobre o trabalho.

[2] Exemplar é o caso do melão em um projeto de irrigação empresarial do Nordeste que, diante da maior quantidade de chuvas na região do que previsto, foi coberto com grandes lonas plásticas e assim, controlada a quantidade de água que a cultura receberia.

Referências bibliográficas

ASSIS, William Santos de; SILVA, Luis Mauro Santos. (1999). *O PRONAF e a Reforma Agrária na virada do milênio: nova leitura, nenhum avanço.* Apresentado no acampamento da FETAGRI / Regional sul e sudeste, Marabá, mimeo.

BENDINI, Mônica. (1997), "La globalizacion y los trabajadores agrarios en Argentina. Nuevos e viejos actores". In: *XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA*, São Paulo, mimeo.

BONANNO, A, Graziano da Silva, J. e Marsden, T.K..(1999) Globalização e Localização. Elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). 1999. *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Sócio-econômicas in regiões frutícolas para exportação.* Mónica Bendini e José Graziano da Silva, co-editores. (Recife, Editora Universitária).

CARMO, Maristela Simões do. (1994), "A agricultura sustentável nun contexto de flexibilização da oferta". In: XVII ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO SOCIAL EM AGRICULTURA, - *Anais*, volume I, Porto Alegre/ Brasília, UFGRS/CNPq, pp. 15-26.

CASTELLS, Manuel (1998). *The Information Age: Economy, Society and Culture. Vol.3 End of Millennium*, USA/UK: Blackwells. 3 vol

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1997a). "Frutas para o mercado global". En *Estudos Avançados da USP*, (São Paulo), V. 11, Nº. 29, p. 79-93, jan./abr.
CAVALCANTI, J. S. B. (1997b), "Frutas para o mercado global". *Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP.* 11, 29.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, Ramos, Juliana V.R e Silva y Ana Cristina B. da. (1998). "O Trabalho feminino na agricultura de exportação. As Trabalhadoras na viticultura do Nordeste do Brasil". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva e ABRAMO, Laís (orgs.), *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*, (São Paulo, ALAST/ SERT), Série II, Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. p. 101-114.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). (1999a). *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Sócio-econômicas in regiões frutícolas para exportação.* Mónica Bendini e José Graziano da Silva, co-editores. (Recife, Editora Universitária).

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999b). "Desigualdades Sociais e Identidades em Construção na Agricultura de Exportação". In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, (Sao Paulo), Ano 5, No. 9, p. 151-171.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa.e Marsden, Terry K. (2000a) Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values. Trabalho apresentado ao Congresso Mundial da IRSA, Rio de Janeiro.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, (2000) O "Meio Ambiente" como objeto das Ciências Sociais: Uma análise a partir dos estudos da globalização dos sistemas agroalimentares. ANPOCS, Niterói, Brasil

FEATHERSTONE, Mike.(1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo.* São Paulo: Nobel.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. (1999), "Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte". In: CAVALCANTI, J. S. B. (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife: Editora da UFPE, p. 307-339.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. EDMILSON, Veras. (2001), "Dinâmicas das ocupações no meio rural: A heterogeneidade nordestina". In: X ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, Salvador, mimeógrafo.

GRAZIANO da SILVA, José. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GRAZIANO da SILVA, José(1998) Turismo em Áreas Rurais: Suas possibilidades e limitações no Brasil in *Dossiê: Faces do Novo Rural, Revista do CRH*, n.28.

GRAZIANO DA SILVA, José. (1999). *O novo rural brasileiro.* 2. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (1991), *Censo Demográfico do Brasil.* Rio de Janeiro. CDDI/IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (1998), *Censo Agropecuário 1995/1996.* Rio de Janeiro. CDDI/IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2000), *Censo Demográfico 2000 – Resultados Preliminares.* Rio de Janeiro. CDDI/IBGE.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. (1994), "A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas". *Cadernos de Sociologia.* Volume 6, 76-87.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. (1979), *A morada da vida.* 1ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, (1999). *A expansão da soja na Amazônia: a repetição do modelo da pecuária?* Brasília, mimeografado.

LARA, Sara María. (1998), *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana.* México: Juan Pablos Editor, S.A.

LONG, Norman (1996). Globalization and localization: new challenges to rural research. *In* MOORE, Henrietta L (ed) The Future of Anthropological Knowledge: The uses of knowledges: Global and Local Relations, ASA Deccennial Conference Series, London & New York: Routledge.

MARTINE, George. (1987), "Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil", *in* G. Martine e R. C. Garcia (orgs.), *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo, Caetés.

MOTA, Dalva Maria da. (1998), *O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a geração de empregos: 1994/2000. Relatório de Pesquisa.* Aracaju, Embrapa-CPATC, mimeo.

MOTA, Dalva Maria da. (1999), "O trabalho flexível na fruticultura irrigada do Nordeste: o Platô de Neópolis/SE". *XXXVII Congressso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Anais*, Foz do Iguaçu/PR, SOBER, CD-Room.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. (1999), "Peões da chapada (contigências da agricultura camponesa nos cerrados do Piauí). *XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Anais*, Foz do Iguaçu/PR, SOBER, CD-Rom.

NEVES, Delma Pessanha. (1999), *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção.* Rio de Janeiro, Intertexto.

NEVES, Delma Pessanha. (2001), Pressupostos teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento sobre a agricultura familiar. Belém, mimeógrafo.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel (2001) Regards sur le Rural Brésilien In Zanoni, Magda e Lamarche, Hughe *Agriculture et Ruralité au Brésil,* Paris, Karthala, pp. 27-58.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (2000), "A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil". In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rura / X Congresso Mundial de Sociologia, 2000,* Rio de Janeiro, RJ. *Anais:* Rio de Janeiro: SOBER/IRSA. 2000. 1CD-Rom.